



Frente Nacional de Consumidores de Energia

Por um setor elétrico com justiça social e sustentabilidade

O Brasil tem todas as condições de estar na vanguarda do movimento global de redução de emissões de gases de efeito estufa a partir da oferta de energia limpa e acessível, por meio de uma estratégia de desenvolvimento nacional que diversifique a nossa matriz, especialmente através de fontes renováveis, e garanta energia a custos justos para todos. Nesse cenário, o setor elétrico pode ser vetor de desenvolvimento e contribuir para a redução das assimetrias sociais e para o aumento da competitividade dos produtos e serviços permitindo, através desses três aspectos, a retomada da economia.

A sociedade brasileira não quer mais aguardar passivamente as decisões para esse setor tão importante do ponto de vista social, econômico e ambiental. Uma pluralidade de instituições que representam os mais variados perfis de consumidores de energia – desde o pequeno consumidor residencial até os grandes consumidores industriais –, demandam a construção de **um novo modelo para o setor elétrico**, ancorado em novos paradigmas que atendam a critérios de **justiça social e sustentabilidade**.

Essa transformação é urgente e necessária e a participação dos interessados – todos nós, consumidores – deve ser inerente a esse processo de construção. A renovação, neste caso, vai além da fundamental aprovação de um novo marco regulatório. Ela passa por uma série de mudanças estruturais de curto, médio e longo prazo. Para assegurar o controle social nesse processo e a garantia dos direitos dos consumidores de energia elétrica foi criada a "*Frente Nacional de Consumidores de Energia*", coalizão que agrega diversas organizações e entidades cuja missão é: **contribuir para a reforma do setor elétrico brasileiro, buscando a redução estrutural do custo da energia para todos os consumidores, a liberdade de escolha de fornecedores, a alocação justa dos custos, a sustentabilidade na geração de energia e sua conformidade com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 7 da ONU (garantir energia barata, confiável e sustentável para todos) e com tratados internacionais (como o Acordo de Paris), e a competitividade da energia elétrica para que o Brasil seja um país mais justo, com redução de desigualdades paralelamente à geração de emprego e renda.**

Desta forma, pela primeira vez, com a criação da Frente Nacional de Consumidores de Energia, o conjunto de consumidores de energia elétrica - pagadores em última instância, se articulam para participar ativamente das discussões sobre o futuro do Setor Elétrico Brasileiro (SEB).

O setor elétrico brasileiro acumula distorções e ineficiências que resultam no alto custo da energia para os consumidores. Os preços pagos no país são escandalosos e comprometem a renda e a segurança alimentar de milhares de famílias, bem como a competitividade das empresas. A restrição do acesso à energia compromete outros direitos como saúde, educação, saneamento básico, alimentação e o acesso à informação, aprofundando o abismo social inadmissível em nosso país. O impacto também é sentido nos preços de produtos e serviços que consumimos, agravando ainda mais a inflação e dificultando a retomada da economia em meio à persistente crise que nos castiga.



Uma série de más escolhas políticas para o setor elétrico tem contribuído para o agravamento dessas distorções que, entre outras coisas, resultam em mais privilégios e subsídios para uns em decorrência do aumento de custos para todos. Entre elas destacam-se os movimentos acionados em 2021, quando, sob pressão de interesses particulares e correndo o risco político de lidar com racionamento de energia devido à crise hídrica, os poderes Legislativo e Executivo adotaram uma série de medidas para o setor elétrico que obrigaram a sociedade a ter mais fontes fósseis de energia na matriz a preços elevadíssimos, sob a orientação cega de obter mais oferta a qualquer custo. Nesse contexto, além das usinas previstas na lei da capitalização da Eletrobras, destaque para aquelas contratadas de maneira emergencial, que devem custar mais de R\$ 39 bilhões aos consumidores.

Tais deliberações soam anacrônicas diante do atual cenário de crise climática que estamos vivendo, o qual vem impondo muitas transformações para o setor, entre elas o aumento da incerteza sobre o nível das chuvas, que também demandam uma nova forma de operar e planejar o sistema. Marginalizar a urgência desse contexto nos coloca na contramão dos acordos globais firmados para mitigação de seus efeitos. Ignorando tais fatos, no entanto, as recentes decisões de expansão seguem favorecendo a geração térmica. Nesse contexto, antes mesmo da tão ansiada e necessária reforma no setor elétrico, devem ser implantadas ações emergenciais e imediatas no sentido de conter os retrocessos que fatalmente irão acompanhar a implementação de tais decisões, são elas:

- Cumprimento dos contratos das termelétricas contratadas através do Procedimento Competitivo Simplificados (PCS) com renegociação dos contratos das que forem capazes de cumprir o edital.
- A retirada de qualquer projeto ou emendas legislativas que venham a obrigar a sociedade a contratar mais fontes fósseis.
- Revisão da realização do leilão das térmicas previstas na Lei de Privatização da Eletrobras, agendado para o segundo semestre de 2022.
- Racionalização dos encargos incidentes nas tarifas finais dos consumidores, e plano para que tais encargos passem a fazer parte do Orçamento da União.
- Redução estrutural dos gastos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) com políticas do setor elétrico que não cumpram função social.
- Retirada do subsídio à geração de energia a partir de carvão mineral nacional.
- Racionalização dos tributos incidentes sobre as tarifas finais dos consumidores, como parte de um processo de reforma tributária.
- Abertura do mercado, separando as atividades de distribuição e comercialização, mas levando em consideração as condições de vulnerabilidade dos consumidores de baixa renda.
- Aplicação de ações concretas de eficiência energética.
- Aprovação do PL 414/22, sem emendas que comprometam sua eficácia (como as opções ventiladas de previsão de repasse, aos consumidores, dos custos para construção dos gasodutos para atendimento das térmicas previstas na lei de capitalização da Eletrobras).

O aparato do Estado deve servir para garantir que a democracia e que os direitos de todos sejam respeitados, inclusive o direito fundamental de acesso à energia. Continuaremos atuando no sentido de exercer o controle social sobre esse setor para



que as políticas e programas adotados para o mesmo contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Membros:

Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica (Conacen)
Conselho de Consumidores de Energia de Minas Gerais (ConCemig)
Conselho de Consumidores da Energisa Sergipe (CONCESE)
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)
Instituto Clima e Sociedade (iCS)
Instituto ClimaInfo
Instituto Pólis
Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE)
Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE)
Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (ABIVIDRO)

Apoiadores:

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)
Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES)
Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS)